

Eficiência na Distribuição de Riqueza e Responsabilidade Social Corporativa: Uma Análise das Empresas do Índice ISE B3 (2005-2023)

CLAUDIO LUIZ DE OLIVEIRA COSTA

Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)

claudioluizoc@gmail.com

PAULO VÍTOR JORDÃO DA GAMA SILVA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)

paulo.jordao@unigranrio.edu.br

Resumo

Este estudo analisou a relação entre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) das 114 empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, de 2005 a 2023, e a eficiência na distribuição da riqueza gerada. Usando estatísticas descritivas, índices de Distribuição (IDR) e Concentração de Renda (ICR), e análise envoltória de dados (DEA), avaliou-se a alocação do Valor Adicionado a Distribuir (VAD). O setor Financeiro priorizou trabalhadores e acionistas, enquanto Energia e Saneamento focou em contribuições ao governo e depreciação. A riqueza gerada aumentou 190%, com acionistas e depreciação crescendo mais de 200%. O IDR teve média de 55% e o ICR, 45%, mostrando que a maior parte da riqueza foi absorvida pelo capital de terceiros e pela empresa, com menor impacto social. O setor de Indústria e Comércio foi o mais eficiente (99%) e o Financeiro o menos (96%). As empresas mais eficientes estabelecem *benchmarks*, enquanto as menos eficientes devem ajustar seus recursos. Futuras pesquisas devem explorar o desempenho socioambiental e sua relação com estratégias corporativas e precificação em bolsa, visando aprimorar a responsabilidade social e a equidade intrageneracional. Em conclusão, este estudo sublinha a relevância de analisar a eficiência da distribuição do valor adicionado e a responsabilidade social das empresas utilizando a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a Análise Envoltória de Dados (DEA). Futuras pesquisas devem ampliar o escopo para incluir o desempenho socioambiental demais empresas no mercado brasileiro e investigar sua relação com a precificação em bolsa e estratégias corporativas. Além disso, a criação de bases de dados detalhadas sobre a distribuição do valor adicionado pode oferecer uma visão mais abrangente da responsabilidade social corporativa e aprimorar a avaliação da equidade intrageneracional.

Palavras-chave: Valor Adicionado a Distribuir, Responsabilidade Social Corporativa, Índice de Sustentabilidade Empresarial, Indicadores de Concentração e de Distribuição de Riqueza, Análise Envoltória de Dados.

1. Introdução

A crescente preocupação com o desenvolvimento sustentável impulsionou a adoção da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Environmental, Social and Governance (ESG) no cenário empresarial global (Vătămănescu et al., 2020; Rozsa et al., 2021). Embora a RSC

Realização



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



**Universidade
Federal
Fluminense**

PPGAd
Programa de Pós-Graduação em Administração - UFF

tenha ganhado relevância, a falta de uma definição comum gera incertezas sobre os critérios para identificar empresas socialmente responsáveis (Briseño et al., 2011).

Assim, nota-se que a RSC está relacionada à redução da desigualdade social, abordando a má distribuição de renda e a concentração de riqueza, fatores cruciais para a avaliação das contribuições socioambientais das empresas (Dios, 2016; World Inequality Report, 2018). Diante desse contexto, este estudo investiga como a RSC das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, entre 2005 e 2023, relaciona-se com a eficiência na distribuição da riqueza gerada.

Utilizando a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a Análise Envolvória de Dados (DEA), a pesquisa mensura a distribuição e concentração de renda e propõe um Índice de Concentração de Renda ajustado com base no ICR desenvolvido por Dios (2016).

Além disso, o estudo destaca a necessidade de considerar a distribuição de renda como critério na avaliação da RSC, associando o problema da desigualdade econômica à atuação das empresas do ISE B3. Essa abordagem permitirá uma avaliação mais robusta das práticas de responsabilidade social e seu impacto na equidade intrageneracional, contribuindo para um entendimento mais claro da eficiência na distribuição de riqueza e das contribuições socioambientais das empresas.

2. Referencial teórico

2.1. Equidade intrageneracional e responsabilidade social corporativa

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está ligada ao desenvolvimento sustentável e surge como resposta aos danos ambientais das empresas. A sustentabilidade é um conceito mais amplo, envolvendo as dimensões ambiental, econômica, social, territorial, cultural e política (Dios, 2016; Temper et al., 2018). Maximiano (2005) afirma que a sustentabilidade exige objetivos sociais que garantam oportunidades para emprego, saúde e uma distribuição equitativa de recursos (Temper et al., 2018; Gomes, 2019).

A sustentabilidade está associada à equidade intrageracional, que busca satisfazer todas as necessidades humanas básicas e promover justiça social (Coote, 2015; Temper et al., 2018; Gomes, 2019). Coote (2015) enfatiza que a equidade intergeracional inclui tanto as gerações atuais quanto as futuras. Shelton (2007) destaca a importância da equidade entre as gerações conforme o sexto princípio da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1992) (Temper et al., 2018).

A gestão empresarial deve adotar tecnologias sustentáveis e inclusivas em todos os níveis (Gonçalves-Dias et al., 2007; Silva-Filho & Lázaro, 2021). Apesar de a responsabilidade pela igualdade ser principalmente das instituições estatais e multilaterais, a RSC, ao focar em condições de trabalho e direitos humanos, tem implicações para a equidade (Utting, 2007). Assim, é essencial que as empresas evitem estratégias que aumentem a desigualdade e vulnerabilidade social, promovendo justiça social e igualdade de oportunidades (Figueira, 2010; Dios, 2016). Contudo, a intensificação da desigualdade e da pobreza destaca a necessidade contínua de esforços para resolver o problema da equidade intrageracional (Dios, 2016; Barros & Campello, 2019).

Realização



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



**Universidade
Federal
Fluminense**



Programa de Pós-Graduação em Administração - UFF

2.2. Intensificação da desigualdade global

A desigualdade social é uma realidade global, intensificada pelo avanço tecnológico e pela globalização, concentrando o poder econômico em poucas classes sociais (Menezes et al., 2022; Pereira & da Silva, 2022). Em 2013, a desigualdade global na distribuição de renda estava em torno de 0,7 no índice de Gini, com tendência de aumento (Milanovic, 2013). No Brasil, esse índice é de 0,534 (De Godoy et al., 2022).

Segundo o "Relatório da Riqueza Global" (2015), do Credit Suisse, a concentração de capital tem aumentado, com mais de 50% da renda global concentrada em 1% da população mundial em 2022 (Oxfam, 2015). Apesar de o Brasil ter o nono maior PIB global, em 2022 apresentava um dos piores índices de desigualdade social, com 4% da população concentrando grande parte da riqueza, enquanto 50% dos trabalhadores recebiam menos de dois salários-mínimos (IBGE, 2022). Como destaca De Godoi (2022), "o Brasil permanece ostentando os mais altos níveis de concentração de renda e de riqueza em todo o mundo."

Essa concentração de riqueza resulta principalmente de heranças geracionais e da desigualdade na distribuição de rendimentos, favorecendo os detentores de capital e explorando o trabalho (Dios, 2016). Dados da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) mostram que a renda dos trabalhadores está em declínio, e 7,4% da população vive em extrema pobreza, o que corresponde a 15,2 milhões de pessoas (IBGE, 2022). O Brasil é agora considerado a democracia mais desigual do mundo, atrás apenas do Catar (PNUD, 2019).

2.3. Implicação das empresas na concentração econômica e na distribuição de renda

As empresas desempenham um papel central na concentração econômica e na distribuição de rendas primárias, geradas pela venda de produtos e serviços que remuneram os fatores de produção. Ao recolher tributos como IRPJ e CSLL, elas também contribuem para a redistribuição de renda em programas sociais (Silva et al., 2022). A forma como essas operações são conduzidas impacta a distribuição de renda na economia, além dos programas governamentais que promovem a redistribuição (Dios, 2016; Silva et al., 2022).

Entre os fatores de produção, a remuneração do trabalho é fundamental, pois é o principal meio de sustento da maioria da população, garantindo uma vida digna (Braucks et al., 2022). As políticas empresariais em relação ao trabalho determinam, assim, as condições de renda da maioria (Dios, 2016).

A busca pela maximização de lucros e criação de valor para acionistas, contudo, contraria a melhoria dos níveis de renda. Para aumentar lucros, empresas tendem a reduzir custos com mão de obra, diminuindo salários e cortando postos de trabalho (Alves Neto & Lima, 2019; Silva, 2020). Esse processo agrava a desigualdade social, beneficiando acionistas e prejudicando trabalhadores (Dios, 2016; Gassen et al., 2019).

A falta de limites à maximização de lucros intensifica a vulnerabilidade dos salários, perpetuando a desigualdade mesmo em períodos de crescimento econômico (Dios, 2016).

Realização



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



**Universidade
Federal
Fluminense**



2.4. Equidade distributiva e responsabilidade social corporativa

A redução da concentração de renda é, sem dúvida, a medida fundamental para diminuir a desigualdade social, implicando um conjunto de ações que promovam a equidade na distribuição de renda, assim como a execução de políticas sociais de erradicação da pobreza (Godinho, 2011; Da Silva, 2022).

Nesse processo, o Estado exerce um papel relevante como intermediador, não apenas regulando a partilha das rendas primárias, mas, sobretudo, efetuando as transferências de rendas secundárias. Por isso, os tributos são considerados o segundo fator mais relevante na repartição de renda, pois, além de possibilitarem a realização das funções do Estado, permitem sua intervenção redistributiva na insuficiência ou falta de ingressos laborais e o desenvolvimento de políticas sociais de combate ao desequilíbrio social. No entanto, práticas que aumentem a elisão e/ou evasão fiscal acabam por restringir a capacidade do Estado para cumprir com essa missão (Dios, 2016; Bravo, 2022).

No caso das empresas, estas devem buscar uma maior equidade na distribuição da riqueza gerada em suas atividades, sendo essa igualdade talvez a forma mais relevante com que elas possam contribuir para a evolução de seu entorno e, conseqüentemente, para o exercício de sua responsabilidade social. Dessa forma, o papel do Estado como agente mediador do equilíbrio entre os interesses das empresas e os interesses públicos é a essência fundamental para a questão da RSC (Bauer & Fenn, 1972).

2.5. A Função da Contabilidade no provimento de informação de caráter social

A função da Contabilidade é fornecer informações que equilibram os interesses de diversos agentes econômicos. O documento *The Corporate Report* (Institute of Chartered Accountants in England and Wales [ICAEW], 1975) já destacava a importância da Contabilidade para a sociedade, sugerindo que ela deve atender aos interesses de todos os segmentos. Assim, a Contabilidade deve garantir acesso a informações transparentes, tangíveis e úteis (Cosenza et al., 2018).

Em um cenário de concentração de renda, as empresas, principais agentes na distribuição de rendas primárias, devem buscar soluções para essas desigualdades e reportar seu desempenho de forma abrangente (Dios, 2016; Vasconcelos & Barbosa Filho, 2021). A Contabilidade deve reduzir a assimetria de informações e evitar conflitos de interesse, desenvolvendo novas formas de comunicação (Correia et al., 2011). Segundo Cosenza et al. (2017), ela deve fornecer dados que ajudem a melhorar a organização econômica e o desenvolvimento social, incluindo relatórios sobre RSC que informem sobre riscos e ajudem na tomada de decisões de stakeholders e shareholders (Cosenza et al., 2018).

2.6. Demonstração do valor adicionado e avaliação da distribuição de renda

Dentro do conjunto completo de demonstrações contábeis (CPC, 2011), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é a única demonstração com capacidade de evidenciar mais profundamente o desempenho da empresa em relação à distribuição de rendas primárias e, portanto, permitir maior inferência sobre a responsabilidade social a esse respeito. Portanto,

Realização



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



**Universidade
Federal
Fluminense**

PPGAd
Programa de Pós-Graduação em Administração - UFF

segundo Costa et al. (2013, p. 84), “trata-se de um tipo de relatório contábil que apresenta informações de natureza econômica, indicando como foi criada a riqueza da empresa e quais fatores contribuíram para essa criação”. Além disso, conforme Morley (1979), a utilização dos índices baseados no valor adicionado proporciona um diagnóstico sobre a real situação da empresa quanto à geração e à distribuição de riqueza.

Para Dios (2016), a DVA representa a principal medida para avaliar a contribuição da empresa para o desenvolvimento social e econômico de seu entorno, considerando que a busca de maior equidade na distribuição de renda é um elemento indissociável da responsabilidade social. Baseada nessa concepção, Dios (2016) propõe a utilização de dois indicadores extraídos dos dados constantes da DVA, ambos calculados com base no VAD, que inclui as retenções, ou seja, a depreciação, a amortização e a exaustão, por se entender que elas pertencem aos proprietários/acionistas. Esses indicadores, denominados “Indicador de Distribuição de Renda” (IDR) e “Indicador de Concentração de Renda” (ICR), são explicados e mostrados no quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores de distribuição e de concentração de renda

Indicador	Explicação	Fórmula
Indicador de Distribuição de Renda (IDR)	Toma como variáveis os salários pagos e os tributos recolhidos, considerando que os salários passam para as mãos das pessoas físicas e se destinam exclusivamente para a satisfação das necessidades básicas dos trabalhadores, indo, diretamente, para a circulação na economia. Quanto aos tributos, considera-se que parte significativa deles se destina à remuneração da folha salarial do funcionalismo público e ao pagamento de serviços e benefícios sociais.	$\frac{(\text{Salários e Encargos} + \text{Tributos})}{(\text{Valor Adicionado a Distribuir})}$
Indicador de Concentração de Renda (ICR)	Toma como variáveis a remuneração dos acionistas e/ou proprietários: dividendos e juros sobre o capital próprio, retenções e reservas (parcela de lucros retidos). Este indicador procura verificar o quanto que a companhia reteve em seu poder da riqueza gerada por suas atividades.	$\frac{(\text{Dividendos} + \text{Juros sobre o Capital Próprio} + \text{Retenções} + \text{Lucros Retidos})}{(\text{Valor Adicionado a Distribuir})}$

Fonte: (Dios, 2016).

Com base nessas duas formulações, procurou-se analisar a forma de distribuição e de concentração da riqueza produzida pelas empresas, a fim de avaliar se estaria ocorrendo maior distribuição ou maior concentração de riqueza, bem como conhecer as características das informações socioambientais implícitas nas DVAs divulgadas.

2.7. Análise envoltória de dados

A Análise Envoltória de Dados (DEA), desenvolvida por Charnes, Cooper e Rhodes (1978) com base em estudos de eficiência de Debreu (1951), Koopmans (1951) e Farrell (1957), avalia a eficiência no uso de recursos considerando múltiplos insumos e produtos. Essa metodologia fornece informações detalhadas sobre Unidades de Decisão (DMUs), como empresas ou setores (Mello et al., 2005). Charnes, Cooper e Rhodes (1981) descreveram a DEA como uma função de avaliação ex-post que cria uma fronteira de eficiência, envolvendo as funções das DMUs eficientes e delimitando a área de ineficiência (Ferreira & Gomes, 2009).

Realização



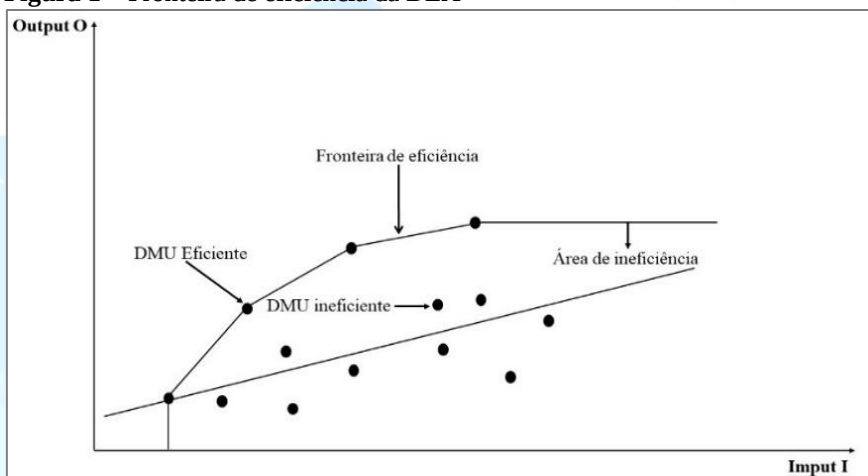
UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



**Universidade
Federal
Fluminense**



Figura 1 – Fronteira de eficiência da DEA



Fonte: Das Neves Júnior (2012).

A DEA mede a eficiência calculando a distância de cada DMU em relação à fronteira eficiente, indicando o quanto uma empresa ineficiente precisa melhorar para alcançar os benchmarks da fronteira (Ferreira & Gomes, 2009). A eficiência é expressa em índices de 0 a 1, comparando o desempenho com os mais bem observados (Macedo, Barbosa, & Cavalcante, 2009).

Sendo uma técnica estatística não paramétrica, a DEA aplica-se apenas ao conjunto de dados específico e ao período analisado, não permitindo inferências para além da amostra (Ferreira & Gomes, 2009; Santos, Rodrigues, & Wilbert, 2015). A análise por DEA pode ser realizada por setor econômico e ano de atividade (Utzig et al., 2014), avaliando o desempenho em relação ao VAD distribuído. O modelo CCR (Charnes, Cooper, & Rhodes, 1978) assume retornos constantes de escala, enquanto o modelo BCC (Banker, Charnes, & Cooper, 1986) permite retornos variáveis de escala, considerando a convexidade da fronteira eficiente (Macedo et al., 2008; Utzig, 2014).

De forma matemática, a convexidade da fronteira corresponde a uma restrição adicional ao modelo do envelope (Figura 1), conforme indicado nas equações orientação a input e orientação a output (Mello et al., 2005), o que é ilustrado na figura 2.

Figura 2 – BCC com orientação a input e a output

$$\begin{aligned}
 \text{Max } E_c &= \frac{\sum_{j=1}^s u_j y_{jc}}{\sum_{i=1}^m v_i x_{ic}} && \text{Orientação input} \\
 \text{S.a.:} &\frac{\sum_{j=1}^s u_j y_{jk}}{\sum_{i=1}^m v_i x_{ik}} \leq 1, k = 1, 2, \dots, c, \dots, n \\
 &u_j \geq 0, \forall j, \\
 &v_i \geq 0, \forall i
 \end{aligned}
 \qquad
 \begin{aligned}
 \text{Min } E_c &= \frac{\sum_{i=1}^m v_i x_{ic}}{\sum_{j=1}^s u_j y_{jc}} && \text{Orientação output} \\
 \text{S.a.:} &\frac{\sum_{i=1}^m v_i x_{ik}}{\sum_{j=1}^s u_j y_{jk}} \geq 1, k = 1, 2, \dots, c, \dots, n \\
 &u_j \geq 0, \forall j, \\
 &v_i \geq 0, \forall i
 \end{aligned}$$

Fonte: Lins e Meza (2002).

Sendo assim, neste modelo de orientação ao input, valores positivos indicam retornos crescentes de escala, enquanto valores negativos apontam para retornos decrescentes de escala e, caso sejam nulos, a situação reflete retornos constantes de escala (Mello et al., 2005). Além disso, a DEA, segundo Santos e Casa Nova (2005) e Santos, Rodrigues e Wilbert (2015), deve ser desenvolvida com base em um modelo estruturado de demonstrações contábeis, DVA, neste estudo, que deve seguir as seguintes etapas: levantamento das informações (valores, quocientes e indicadores); análise das variáveis (para expandir o conhecimento do pesquisador e excluir outliers); seleção das variáveis (utilização de técnicas para determinar quais variáveis irão compor o modelo insumo-produto); construção do modelo (definição de sua orientação); e processamento do modelo e análise dos resultados (identificação das empresas eficientes, determinação do nível de ineficiência das demais e das suas causas).

2.8. Estudos Correlatos

Dada a importância da geração e concentração de riqueza, que utiliza a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a Análise Envoltória de Dados (DEA) para calcular a eficiência, vários estudos abordaram o tema. De Souza e De Faria (2018) analisaram as DVAs das empresas do índice ISE-B de 2018, usando indicadores de geração e distribuição de riqueza. Utzig et al. (2014) avaliaram a eficiência de empresas do Agronegócio listadas na Exame Maiores e Melhores de 2012, aplicando a DEA aos indicadores sociais da DVA e do Resultado Operacional Bruto para 23 empresas da BM&Fbovespa. De Siqueira, Da Silva Macedo e Neves (2007) criaram um ranking de responsabilidade socioambiental para o setor elétrico brasileiro, analisando balanços sociais de 79 empresas e aplicando a DEA a cinco indicadores de desempenho socioambiental. Rodrigues Junior, Dallabona e Lavarda (2012) compararam o desempenho de empresas do setor de materiais básicos da BM&FBOVESPA com e sem responsabilidade social.

3. Procedimentos Metodológicos

O estudo analisou empresas brasileiras listadas na B3 S.A., que compuseram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) entre 2005 e 2023. Foi utilizada uma amostragem intencional, selecionando companhias com base em critérios específicos, conforme defendido por Martins (2000), para incluir empresas comprometidas com práticas socialmente responsáveis. A escolha dessas empresas justifica-se tanto por sua presença no mercado de capitais quanto por integrarem uma carteira representativa de um "Selo de Qualidade" empresarial. O ISE B3 é composto por empresas escolhidas pelo CISE, com metodologia própria para formar o índice. No total, 114 empresas participaram das carteiras do ISE B3 ao longo dos 19 anos analisados.

Quadro 2 – Amostra com todas as empresas participantes das carteiras do ISE no período de 2005 a 2023

Acesita	BR Distribuidora	CTEEP	Guararapes	MRV	SLC Agrícola
Aeris	Bradesco	Dasa	Hypera	Natura	Sulamerica
AES Brasil Energia	Braskem	Dexco	Inds Romi	Neoenergia	Suzano

Realização



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



**Universidade
Federal
Fluminense**



Programa de Pós-Graduação em Administração - UFF

Aliansce Sonae	BRF	Duralex	Iochpe-Maxion	Odontoprev	Suzano Papel e Celulose
ALL América Latina	BTG Pactual	Ecorodovias	Irani Papel e Embalagem	Oi	Suzano Petroquímica
Ambev	CCR Rodovias	Eletrobrás	Itaú S/A	Perdigão S/A	TAM S/A
Ambipar	Celesc	Eletropaulo	Itaú Unibanco	Petrobras	Telefônica
Americanas S.A.	Cemig	Embraer	JSL	Raia Drogasil	Telemar
Anhanguera	Cesp	Energias do Brasil (EDP)	Klabin S/A	Raízen	Tim Participações
Aracruz	Cia Brasileira de Alumínio	Eneva	Light	Rede D'or	Tractebel
Arcelor BR	Cia Brasileira de Distribuição	Engie Brasil Energia	Localiza	Redecard	Ultrapar
Arezzo	Cielo	Even	Lojas Americanas	Rumo	Usiminas
Azul	Coelce	Fibria	Lojas Renner	Sabesp	Vale
B2W	Cogna Educação	Fleury	M. Dias Branco	Sadia S/A	Vamos S.A.
B3 S.A.	Copasa	Gafisa	Magazine Luiza	Sanepar	Via
Banco do Brasil	Copel	Gerdau	Marfrig	Santander BR	Vibra
Banco Pan	Copesul	Gol	Metalúrgica Gerdal	Santos Brasil	Vivo
Belgo Mineira	Cosan	GPA	Minerva	Sendas (Assaí)	Votorantim Celulose e Papel
Bic Banco	CPFL Energia	Grendene	Movida	Simpar	Weg

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Essas empresas apresentam diferenças em atividades, tamanhos, objetivos, estratégias, setores, culturas e outras características, mas compartilham a participação no ISE e são consideradas, portanto, socialmente responsáveis.

Dessa forma, a coleta e o tratamento dos dados foram realizados ao longo de 2024, por meio da consulta às Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs) das empresas, disponíveis nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) publicadas no período de 2005 a 2023. Essas informações foram acessadas por meio do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na ausência de dados na CVM, foram obtidos na base de dados Econômica. Caso não estivessem disponíveis em nenhum desses canais, as informações foram obtidas diretamente nos sites das empresas, por meio dos Relatórios Contábeis, disponibilizados para o mercado e investidores. Ao todo, foram levantadas 613 DVAs. A figura 3 ilustra esse processo de coleta de dados.

Realização



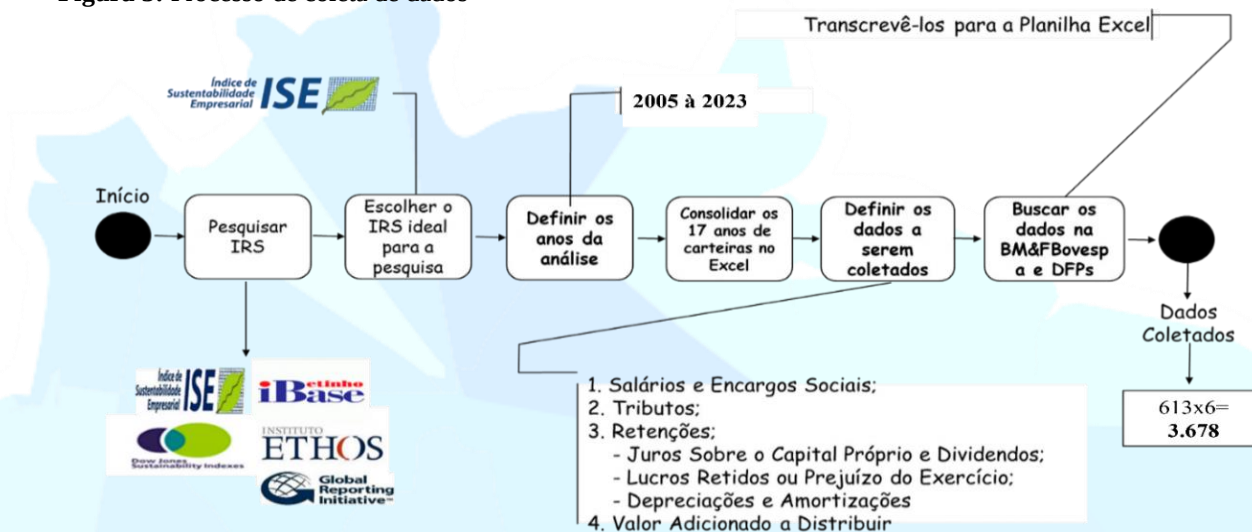
UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



**Universidade
Federal
Fluminense**



Figura 3: Processo de coleta de dados



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Os dados, totalizando 3.678 observações, foram organizados e analisados por estatística descritiva univariada usando Microsoft Office Excel para examinar a participação dos agentes no VAD por Setores Econômicos e sua evolução entre 2005 e 2023, além da distribuição e concentração de renda conforme Dios (2016). Na análise envoltória de dados (DEA), foram utilizadas seis variáveis, com o Valor Adicionado a Distribuir como input e cinco categorias de output: Pessoal e Encargos, Impostos e Taxas, Juros sobre Capital Próprio e Dividendos, Lucros Retidos ou Prejuízo, e Depreciações e Amortizações. A eficiência da distribuição foi avaliada para 114 empresas em cinco setores econômicos entre 2005 e 2023, usando o software RStudio e a metodologia VRS, seguindo o modelo de Santos e Casa Nova (2005).

4. Análise e discussão dos resultados

O processo de análise começou em janeiro de 2024 e foi concluído em agosto de 2023. Durante esse período, foram verificadas a distribuição percentual do Valor Adicionado Distribuído (VAD) entre os agentes econômicos e os Setores Econômicos. Além disso, analisou-se a taxa média de crescimento da participação desses agentes ao longo do período. Finalmente, foram realizadas análises da distribuição e concentração de renda, utilizando os indicadores de Dios (2006). Todas essas análises foram realizadas em cima do período das carteiras do ISE que foi de 2005 a 2023.

4.1. Participação dos agentes econômicos na riqueza criada pelos setores econômicos

As participações médias percentuais dos agentes econômicos (Trabalhadores, Governo, Proprietários/Acionistas, Depreciação e Amortizações e Financiadores/Credores) no VAD nos Setores Econômicos estão representadas no gráfico 1.

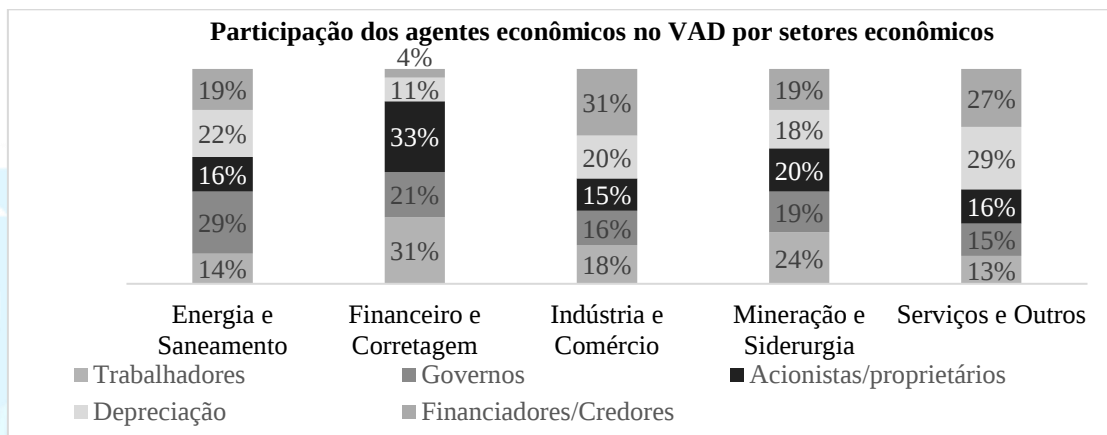


Gráfico 1 – Distribuição do VAD em entre os agentes econômicos por setores econômicos (2005-2023)
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O gráfico 1 mostra que o Setor Financeiro e Corretagem alocou a maior parte para os trabalhadores (31%), seguido pelo Setor Mineração e Siderurgia (24%). Em contraste, os Setores Serviços e Outros (13%) e Energia e Saneamento (14%) destinaram menos recursos aos trabalhadores.

Para os Governos, o Setor Energia e Saneamento fez a maior contribuição (29%), enquanto o Setor Serviços e Outros foi o menor (15%). Indústria e Comércio (16%) e Mineração e Siderurgia (19%) ficaram em níveis intermediários.

No caso dos Acionistas/Proprietários, o Setor Financeiro e Corretagem teve a maior distribuição (33%), enquanto Indústria e Comércio e Serviços e Outros (ambos com 16%) foram menores.

Quanto a Depreciações e Amortizações, o Setor Serviços e Outros teve a maior participação (29%), e o Setor Financeiro e Corretagem, a menor (11%).

Para os Financiadores/Credores, o Setor Indústria e Comércio teve a maior alocação (31%), e o Setor Financeiro e Corretagem a menor (4%), refletindo menor dependência de capital de terceiros.

De forma geral, o Setor Financeiro e Corretagem focou em Acionistas e Trabalhadores, com menor alocação para Financiadores e Depreciação. O Setor Energia e Saneamento equilibrava bem entre Governos e Depreciação. O Setor Indústria e Comércio destacou-se pela dependência de Financiadores, e o Setor Serviços e Outros priorizou Depreciação e Amortização. A média de crescimento das participações no Valor Adicionado a Distribuir (VAD) foi de 190%.

Tabela 1 – Taxas de crescimento da participação no VA em relação ao ano base de 2005

Trabalhadores	Governos	Proprietários	Empresa	Credores	Média
184%	156%	200%	200%	211%	190%

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

A taxa de crescimento da participação dos Trabalhadores foi de 184%, destacando um aumento significativo ao longo do tempo, principalmente nos Setores Financeiro e Corretagem e Mineração e Siderurgia.

A participação dos Governos cresceu 156%, indicando um crescimento mais estável e moderado.

Os Acionistas tiveram uma média de crescimento de 200%, refletindo alta lucratividade e aumento na distribuição de dividendos, especialmente no Setor Financeiro e Corretagem.

Depreciação e Amortização também cresceram 200%, sugerindo aumento nos investimentos em ativos de longo prazo, com destaque para o Setor Serviços e Outros.

Os Financiadores/Credores apresentaram o maior crescimento, de 211%, indicando maior dependência de financiamento em setores como Indústria e Comércio.

Em resumo, Trabalhadores e Governos tiveram crescimento mais moderado, enquanto Acionistas, Depreciação e Amortização, e Financiadores/Credores mostraram aumentos significativos, acima de 200%. Isso reflete uma maior valorização dos retornos para investidores e investimentos em ativos, sinalizando um foco em sustentabilidade e crescimento a longo prazo.

4.2. Efeitos na distribuição e na concentração de renda agregado ao capital dos credores

Realizou-se uma análise comparativa incorporando o montante do Capital de Terceiros (CT) ao ICR, resultando no Índice de Concentração de Renda Ajustado (ICR ajustado = ICR + CT). Essa medida visa avaliar a concentração de capital em um espectro mais amplo na economia, considerando a remuneração do capital, mesmo que não seja da própria empresa. É crucial destacar a especificidade do ambiente financeiro brasileiro, onde essa característica é bastante presente devido ao alto grau de alavancagem financeira das empresas, que optam por operações de financiamento em vez de buscar uma maior atuação no mercado de capitais. A evolução desses indicadores é apresentada no gráfico 2.

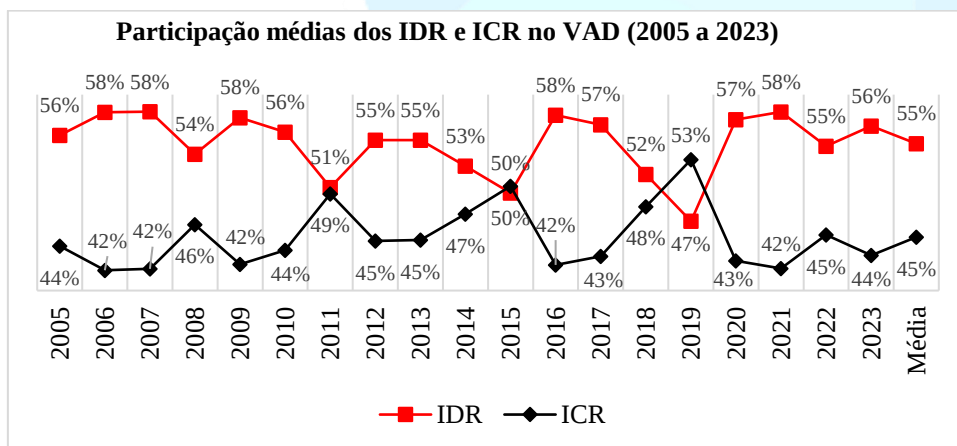


Gráfico 2 – Distribuição e Concentração de Renda (2005 a 2021)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A análise dos indicadores de distribuição (IDR) e concentração de renda (ICR) entre 2005 e 2023 revela oscilações ligadas a contextos econômicos e políticas sociais. O IDR, que reflete a distribuição da riqueza gerada para trabalhadores e governos, teve uma média de 55%, variando entre 50% e 58%, com quedas notáveis em períodos de crise (2011 e 2015) e recuperação entre 2016 e 2023. O ICR, que mede a retenção de riqueza pelas empresas, teve

Realização

uma média de 45%, com picos em períodos de incerteza econômica (2008, 2011, 2014 e 2019). A relação inversa entre IDR e ICR destaca como a distribuição de renda oscila entre trabalhadores e acionistas conforme o cenário econômico. A análise aponta que, ao longo do tempo, há um equilíbrio entre a distribuição de renda e a retenção empresarial, ajustando-se a crises e recuperações econômicas.

4.3. Análise envoltória dos dados – análise de eficiência

Para complementar a análise mencionada anteriormente, foi conduzida uma análise adicional no *software* RStudio®18 utilizando a técnica de Análise Envoltória de Dados (DEA). O objetivo desta análise foi examinar mais detalhadamente a eficiência consolidada de cada Setor Econômico no VAD, além de analisar a eficiência dos anos de cada Setor Econômico no VAD, levando em consideração, nessa segunda análise os agentes econômicos Pessoal e Encargos e Tributos. Dessa forma, para a primeira análise da DEA está presente na tabela 2, que analisou a eficiência de cada DMU (Setor Econômico) do *input* aos *outputs* (Pessoal e Tributos), pois possuem mais impacto nos trabalhadores, calculando seu *score* de eficiência e classificando os Setores Econômicos do mais eficiente para o menos eficiente.

Tabela 2 – Eficiência de cada setor econômico entre 2005 e 2023

DMUs (Setores Econômicos)	<i>Input</i>	<i>Outputs</i>		Score de Eff
	Valor Adicionado a Distribuir	Pessoal e Encargos	Tributos	
Indústria e Comércio	R\$ 1.434.278.461,00	R\$ 314.978.673,00	R\$ 387.274.001,00	99%
Energia e Saneamento	R\$ 1.582.105.083,00	R\$ 244.983.412,00	R\$ 701.934.128,00	98%
Mineração e Siderurgia	R\$ 1.546.871.203,00	R\$ 419.971.564,00	R\$ 459.887.877,00	98%
Serviços e Outros	R\$ 1.367.597.300,00	R\$ 227.484.597,00	R\$ 363.069.376,00	97%
Financeiro e Corretagem	R\$ 1.673.432.406,00	R\$ 542.463.270,00	R\$ 508.297.127,00	96%

Fonte: Dados da pesquisa extraídos do RStudio (2024).

Observa-se na tabela 2 que o Setor Indústria e Comércio se destaca com 99% de eficiência, muito próximo do desempenho ideal, refletindo uma distribuição eficaz do VAD. O Setor de Energia e Saneamento (98%) e o de Mineração e Siderurgia (98%) também demonstram gestão eficiente dos recursos, mas com espaço para pequenos ajustes. O Setor Serviços e Outros, com 97%, apresenta margem maior para otimizações na alocação de custos. O Setor Financeiro e Corretagem, com 96%, possui a menor eficiência, sugerindo ineficiências mais significativas na gestão dos recursos e a necessidade de melhorias na distribuição do VAD.

5. Considerações finais

Este artigo demonstrou a aplicabilidade do valor adicionado como parâmetro para avaliar a distribuição de renda, em consonância com o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Foi examinado como ocorreu a distribuição e a concentração da riqueza gerada pelas empresas do índice ISE B3, possibilitando uma análise de suas influências sobre o nível de renda e as condições sociais nas regiões em que operam, ao mesmo tempo em que

Realização



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



**Universidade
Federal
Fluminense**



verifica o comportamento dessas empresas em relação ao requisito fundamental da RSC de buscar a equidade intrageneracional.

Os dados indicaram um crescimento econômico agregado significativo das empresas analisadas no período, sendo esse crescimento predominantemente absorvido pelo capital de terceiros e pela própria empresa, que apresentaram as maiores taxas de crescimento. A concentração de renda entre as empresas ficou evidente pela diferença na participação conjunta de proprietários e acionistas em relação à da própria empresa, em comparação com a média de participação dos trabalhadores. A constante menor participação dos trabalhadores ao longo do período reflete políticas corporativas.

Entre as empresas analisadas, não parece haver uma preocupação efetiva com a redução da desigualdade social e a melhoria do nível de renda nas comunidades onde atuam. Apesar do crescimento econômico, este não se traduziu em uma participação mais significativa dos trabalhadores nem em uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada.

Quanto à relação entre a participação do governo e a redução das desigualdades, é crucial acompanhar a atuação efetiva do Estado na melhoria das condições de vida da população, considerando investimentos em saúde pública, educação e segurança, além de políticas redistributivas. Integrar dados como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pode enriquecer essas análises.

A relação das empresas com seus credores também é um ponto relevante, uma vez que empréstimos e financiamentos entre coligadas e controladas podem agravar a concentração de renda, canalizando rendimentos de capital de terceiros para os mesmos proprietários e, em alguns casos, sendo utilizados para elisão fiscal.

No que diz respeito à eficiência, as DMUs entre 2005 e 2023 revelam uma variação significativa na eficiência entre os diferentes setores econômicos. O Setor Indústria e Comércio, com 99% de eficiência, destaca-se como um exemplo de gestão eficaz, próximo do ideal. Os Setores de Energia e Saneamento e Mineração e Siderurgia também demonstram alta eficiência, embora ainda haja espaço para pequenos ajustes. Por outro lado, o Setor Serviços e Outros e o Setor Financeiro e Corretagem apresentam eficiências mais baixas, indicando a necessidade de melhorias mais substanciais.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar este estudo para incluir o desempenho socioambiental de outras empresas no mercado de capitais brasileiro, relacionando-o com a precificação em bolsa e as estratégias corporativas adotadas. A formação de bases de dados sobre a distribuição do valor adicionado das empresas pode permitir análises em diversos níveis e tipos de agregação, oferecendo um instrumento valioso para avaliar a responsabilidade social das empresas com a equidade intrageneracional.

Referências

- Abdou, H. A., Ellelly, N. N., Elamer, A. A., Hussainey, K., & Yazdifar, H. (2021). Corporate governance and earnings management nexus: Evidence from the UK and Egypt using neural networks. *International Journal of Finance & Economics*, 26(4), 6281-6311.
- Alves Neto, A., & Lima, F. C. D. C. (2019). Custo de produção de café (*Coffea arábica* L.) na região de Vera Cruz–SP.

Realização

- Barbieri, J. C. (1997). *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21*. Vozes.
- Barros, A., & Campello, L. G. B. (2019). Hipótese Gaia e a grande corrente da vida: O encontro dos direitos humanos com a biodiversidade global no paradigma da equidade. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, 5(1), 55-71.
- Bauer, R. A., & Fenn, D. H. (1977). *The corporate social audit*. Russell Sage Foundation.
- Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). (2018). *ISE 10 anos: Empresas das carteiras do ISE*. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
- Braucks, J. B., Schonardie, E. F., & Laufer, K. W. (2022). Direito ao trabalho e à remuneração: A necessária proteção dos direitos sociais fundamentais. *Salão do Conhecimento*, 8(8).
- Briseño García, A., Lavín Verástegui, J., & García Fernández, F. (2011). Exploratory analysis of corporate social responsibility and its dichotomy in the business's social and environmental activities. *Contaduría y Administración*, 233, 73-90.
- Charnes, A., Cooper, W. W., & Rhodes, E. (1978). Measuring the efficiency of decision making units. *European Journal of Operational Research*.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2008). *Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)*. Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2011). *Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2016). *Métodos de pesquisa em administração* (12. ed.). AMGH.
- Coote, A. (2015). Intergenerational equity briefing. Review of Social Determinants of Health and the Health Divide in the WHO European Region, WHO Regional Office for Europe, Copenhagen.
- Correia, L. F., Amaral, H. F., & Louvet, P. (2011). Um índice de avaliação da qualidade da governança corporativa no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22, 45-63.
- Cosenza, J. P., de Albuquerque Ribeiro, C. D. M., Levy, A., & Dios, S. A. (2018). CSR sensemaking sobre o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 12.
- Cosenza, J. P., Ribeiro, C. M., & Dios, S. A. (2017). Companies' globalization and social problems: The role of Corporate Social Responsibility. In *Corporate Responsibility Research Conference* (Vol. 13, pp. 2017).
- Costa, C. L. D. O., Guimarães, T. R., & Mello, L. C. B. D. B. (2013). Os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade da publicação da demonstração do valor adicionado pelas empresas de capital aberto. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 18(3), 77-93.
- Credit Suisse. (2015). *Global Wealth Report*. Credit Suisse AG.
- Da Silva, M. J. A., Inácio, A. P., de Moraes Filho, F. T., de Sousa, M. A., de Freitas Teixeira, O., & da Cruz Carvalho, I. M. (2022). Redução das desigualdades regionais e sociais no Brasil: Políticas públicas estatais para o desenvolvimento do setor agrícola brasileiro. *Revista Multidisciplinar do Sertão*, 1(1), S139-S155.
- Das Neves Júnior, I. J., et al. (2012). Análise da eficiência na geração de retorno aos acionistas das empresas do setor da construção civil com ações negociadas na BM&FBOVESPA nos anos

- de 2009 e 2010 por meio da análise envoltória de dados. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 9(18), 41-62.
- Debreu, G. (1951). The measurement of productive efficiency. *Econometrica*, 19(3), 273-292.
- De Godoi, M. S. (2022). Concentração de renda e riqueza e mobilidade social: A persistente recusa da política tributária brasileira a reduzir a desigualdade. *Revista de Informação Legislativa*, 59(235), 61-74.
- De Siqueira, J. R. M., Da Silva Macedo, M. A., & Neves, F. V. P. M. (2007). Desempenho socioambiental no setor elétrico brasileiro: Uma proposta de mensuração apoiada em Análise Envoltória de Dados (DEA). In *Anais do IX ENGEMA* (Vol. 1). Curitiba: Unicep.
- De Sousa, T. S., & De Faria, J. A. (2018). Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Uma análise da geração e distribuição de riquezas das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE)-B3. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 8(2), 137-154.
- Dios, S. A. (2016). *Implicación de las empresas multinacionales en la desigualdad global, ineficacia de la Responsabilidad Social Corporativa y el papel de la contabilidad* (Tese de doutorado em Contabilidade e Finanças). Facultad de Economía y Empresa, Universidad de Zaragoza.
- El Diri, M., & El Diri, M. (2018). Definitions, activities, and measurement of earnings management. In *Introduction to earnings management* (pp. 5-44).
- Farrel, M. (1957). The measurement of productivity efficiency. *Journal of the Royal Statistical Society: Series A (General)*, 120(3), 253-290.
- Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões*.
- Ferreira, C. M. de C., & Gomes, A. P. (2009). *Introdução à análise envoltória de dados: Teoria, modelos e aplicações*. Editora UFV.
- Figueira, S. S. (2012). A função teleológica do princípio da equidade intergeracional no Direito Ambiental do Brasil. *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*, (2), 1-10.
- Gassen, C., Ludwig, M. E., & Michels, A. (2019). Relação entre carga tributária e valor adicionado. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 9(2), 39-48.
- Glogoveţan, A. I., Dabija, D. C., Fiore, M., & Pocol, C. B. (2022). Consumer perception and understanding of European Union quality schemes: A systematic literature review. *Sustainability*, 14(3), 1667.
- Godinho, I. C. (2011). Pobreza e desigualdade social no Brasil: Um desafio para as políticas sociais. In *Anais do II Conferência do Desenvolvimento Circuito de Debates Acadêmicos das Ciências Humanas* (pp. 1-10). Brasília, DF.
- Gomes, K. D. (2018). Equidade intergeracional: Sustentabilidade ambiental para gerações vindouras. *Revista de Direito e Sustentabilidade*, 4(2), 1-19.
- Gonçalves-Dias, S., Teodósio, A., & Barbieri, J. (2017). Desafios e perspectivas da sustentabilidade. In *Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente* (XI, pp. 1-11).
- Hasnan, S., Othman, N., Hussain, A. R. M., & Ali, M. M. (2022). The influence of fraud triangle factors on real earnings management. *Journal of Governance and Regulation*, 11(2).
- Institute of Chartered Accountants in England and Wales (ICAEW). (1975). *The corporate report*. ICAEW.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad)*. IBGE.
- Köche, J. C. (2007). *Fundamentos de metodologia científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa* (24. ed.). Vozes.
- Koopmans, T. C. (1951). Analysis of production as an efficient combination of activities. In T. C. Koopmans (Ed.), *Advity Analysis of Production an Allocation*. Wiley.
- Lins, M. P. E., & Meza, L. Â. (2000). Análise envoltória de dados e perspectivas de integração no ambiente de apoio à decisão. COPPE/UFRJ.
- Lolli, P. L. (2016). Utilização da análise por envoltória de dados (DEA) como modelo para análise de eficiência financeira.
- Mello, J. C. C. B. S., et al. (2005). Curso de análise envoltória de dados. In *Anais do XXXVII Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional* (pp. 2520-2547). Gramado.
- Macedo, M. A. S., Almeida, K., Fontes, P. V. S., Barbosa, C., & Lima, L. C. O. (2008). Análise de desempenho contábil-financeiro no agronegócio brasileiro: Aplicando DEA aos dados de agroindústrias do ano de 2006. In *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural* (46).
- Macedo, M. A. S., Barbosa, A. C. T. C., & Cavalcante, G. T. C. (2009). Desempenho de agências bancárias no Brasil: Aplicando análise envoltória de dados (DEA) a indicadores relacionados às perspectivas do BSC. *Revista Economia & Gestão*, 9(19).
- Maximiano, A. C. A. (2005). *Teoria Geral da Administração: Da revolução urbana à revolução digital*. Atlas.
- Mello, J. C. C. B. S., et al. (2005). Curso de análise envoltória de dados. In *Anais do 37º Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional*. Gramado.
- Menezes, R. G., Vasconcellos, P. M. C. D., Scotelaro, M., & Mello, R. A. (n.d.). Desigualdade, expulsões e resistências sociais: Pensando o local e o global.
- Milanovic, B. (2013). Global income inequality in numbers: In history and now. *Global Policy*, 4(2), 198-208.
- Morley, M. F. (1979). The value-added statement in Britain. *The Accounting Review*, 54(3), 618-629.
- Nakagawa, F. (2016). Brasil cai para a posição de 9ª economia do mundo. *Revista Exame*. Disponível em <https://exame.abril.com.br/economia/pib-em-dolar-cai-25-e-brasil-cai-para-a-posicao-de-9a-economia-do-mundo/>. Acesso em 16 jul. 2024.
- Neto, J. V., dos Santos, C. B., Torres, É. M., & Estrela, C. (2017). Boxplot: Um recurso gráfico para a análise e interpretação de dados quantitativos. *Revista Odontológica do Brasil Central*, 26(76).
- Organización de las Naciones Unidas (ONU). (1992). *Declaración del Río sobre el Medio ambiente y el Desarrollo*. Disponível em <http://www.un.org/es/universal-declaration-human-rights>. Acesso em 16 jul. 2024.
- Oxfam International (Oxfam). (2015). *Wealth: Having it all and wanting more*. Oxford (UK): Oxfam Issue Briefing. Disponível em https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf. Acesso em 16 jul. 2024.

- Pereira, W. E. N., & da Silva, V. P. (2022). Tributação de renda e patrimônio, com ênfase no imposto sobre grandes fortunas, como instrumento de redução das desigualdades no Brasil. *Revista INTERFACE-UFRN/CCSA*, 19, 178-201.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2022). *Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) – Além da renda, além das médias, além do hoje: Desigualdades*. Revista Interface Edição Especial: Desigualdades.
- RK, Y. (2018). *Case study research and applications: Design and methods*.
- Rodrigues Junior, M. M., Dallabona, L. F., & Lavarda, C. E. F. (2012). Análise comparativa do desempenho de empresas do setor de materiais básicos listadas na BM&FBovespa que apresentam responsabilidade social. *Revista Contabilidade Ufba*, 6(3), 17-32.
- Rozsa, Z., Belas, J., Khan, K. A., & Zvarikova, K. (2021). Corporate social responsibility and essential factors of personnel risk management in SMEs. *Polish Journal of Management Studies*.
- Santos, A. dos, & Casa Nova, S. P. de C. (2005). Proposta de um modelo estruturado de análise de demonstrações contábeis. *RAE-Eletrônica*, 4(1), Art. 8.
- Santos, C. O., Rodrigues, F. F., & Wilbert, M. D. (2015). Análise da eficiência na geração de valor adicionado por empregado de empresas brasileiras. In *Anais do Congresso UnB de Contabilidade e Governança*. Brasília, DF, Brasil.
- Shelton, D. (2007). Equity. In D. Bodansky, J. Brunnée, & E. Hey (Eds.), *The Oxford Handbook of International Environmental Law* (Part V: Key Concepts, pp. 639-662). Oxford University Press.
- Silva, A. C. dos S., et al. (2022). O impacto do lucro real nas empresas.
- Silva, L. F., Ucrânia, A., & Do Trabalho, N. D. G. Instituto de Relações Internacionais.
- Silva-Filho, D., & Lázaro, J. C. (2021). Os papéis das ONGs na difusão de inovações tecnológicas ambientais.
- Temper, L., Walter, M., Rodriguez, I., Kothari, A., & Turhan, E. (2018). A perspective on radical transformations to sustainability: Resistances, movements and alternatives. *Sustainability Science*, 13, 747-764.
- Thomas, J., Yao, W., Zhang, F., & Zhu, W. (2022). Meet, beat, and pollute. *Review of Accounting Studies*, 27(3), 1038-1078.
- Utting, P. (2007). CSR and equality. *Third World Quarterly*, 28(4), 697-712.
- Utzig, M. J. S., et al. (n.d.). A eficiência das empresas do setor do agronegócio: Um estudo com base nos indicadores sociais aplicáveis a demonstração do valor adicionado utilizando a análise envoltória de dados (DEA).
- Vasconcelos, L. F., & Barbosa Filho, N. (2021). Matriz de contabilidade social, resultado primário e pagamento de juros por setor institucional no Brasil. *Revista de Economia*, 42(77), 17-41.
- Vătămănescu, E. M., Alexandru, V. A., Mitan, A., & Dabija, D. C. (2020). From the deliberate managerial strategy towards international business performance: A psychic distance vs. global mindset approach. *Systems Research and Behavioral Science*, 37(2), 374-387.
- World Inequality Lab. (2018). *World Inequality Report 2018*.
- Yuan, X., Li, Z., Xu, J., & Shang, L. (2022). ESG disclosure and corporate financial irregularities: Evidence from Chinese listed firms. *Journal of Cleaner Production*, 332, 129992.